RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Sábado, 28 de Novembro de 2026

CPI contesta valores da CS Mobi e denuncia lucros de R$ 650 milhões na concessão do Mercado Municipal

Presidente da comissão aponta discrepâncias nos números apresentados pela concessionária e pede encerramento do contrato.

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da CS Mobi, vereador Tenente-Coronel Dias (Cidadania), questiona os dados financeiros divulgados pela concessionária. Conforme o parlamentar, a empresa teria arrecadado R$ 41 milhões, montante significativamente superior aos R$ 24,3 milhões informados em relatório trimestral da Simpar, controladora da CS Mobi.

O documento analisado refere-se ao terceiro trimestre e apresenta a receita líquida de serviços da operação cuiabana nos últimos 12 meses, encerrados em setembro. Os R$ 24,3 milhões correspondem a 17,6% do orçamento total de R$ 138 milhões alocado para construção do novo Mercado Municipal.

Segundo o presidente da CPI, além dos R$ 41 milhões já recebidos pela concessionária, a empresa poderá acumular mais de R$ 650 milhões durante os 30 anos de vigência contratual. A concessão abrange a exploração do Mercado Municipal, sistema de estacionamento rotativo e painéis publicitários estrategicamente localizados na capital.

O vereador destaca inconsistências nos próprios relatórios apresentados pela concessionária. No intervalo entre julho e setembro, a operação registrou receita líquida de R$ 5,7 milhões em serviços, contra R$ 1,8 milhão no mesmo período do ano anterior, representando aumento de 213,5%. Apesar desses números, Dias questiona a veracidade dos valores divulgados, afirmando que a arrecadação real seria substancialmente maior.

A investigação parlamentar identificou 40 inconsistências no contrato de concessão, sendo quatro delas consideradas insanáveis segundo a análise da CPI. O presidente da comissão recomenda o encerramento do acordo, argumentando que a concessão desvia recursos municipais que deveriam ser direcionados para saúde e educação, setores que enfrentam deficiências significativas no atendimento e carência de medicamentos.

Conforme o vereador Dias, a concessão representa transferência de recursos públicos para financiar empreendimento privado, custeado pela população por três décadas. Ele enfatiza que a continuidade do contrato prejudica investimentos em políticas sociais fundamentais para o desenvolvimento de Cuiabá.

O contrato foi celebrado em 2022 durante a administração do ex-prefeito Emanuel Pinheiro, possuindo vigência programada até 2052. A CPI prossegue investigando as movimentações financeiras e a execução dos termos estabelecidos na concessão.